

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2024



Concurso Público para Provimento de Cargos Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A vida apesar de dura é mágica, por isso sempre acredite no inesperado.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

História de uma praça

Numa crônica antiga, intitulada "A rotina e a quimera", Carlos Drummond de Andrade considerava o fato de que grandes escritores brasileiros, a começar por Machado de Assis, eram também funcionários públicos. Na lista numerosa, Drummond não incluiu a si mesmo, funcionário que foi de mais de um órgão público. A "rotina" do funcionário, outrora cercado de blocos de papéis, lápis e canetas, muitas vezes levava-o à "quimera", ao universo da ficção e à imaginação criativa.

Mas há também funcionários cuja quimera é, na verdade, a pesquisa histórica. Valem-se de seu talento e de sua disposição para investigar a origem de nomes, de lugares, de fatos primordiais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Eliézer Rodrigues, veterano assessor de imprensa da Justiça do Trabalho do Ceará. Dedicou-se a pesquisar dados e a escrever um livro – "Praça José de Alencar – Tempos e viventes". Já de si, o título indica o âmbito do livro.

O jornalista escritor resgata os primórdios dessa praça de Fortaleza, quando ainda se chamava Praça do Patrocínio, e aborda os principais acontecimentos que envolveram as edificações e pessoas que já habitaram seu entorno. O prédio da Fênix Caixeiral, a Igreja do Patrocínio, a Escola de Comércio, o Centro Médico, o Instituto de Patrimônio Histórico, o Lord Hotel, o INSS, a Associação Cearense de Imprensa e a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza são algumas das instituições retratadas na obra.

É importante haver cronistas desse porte para que a história de um lugar e de seus personagens se mantenha viva. Políticos, militares, empresários, intelectuais, artistas, músicos, juristas, celebridades, médicos, comerciantes e cidadãos comuns são alguns dos personagens reais que envolvem as tramas retratadas. Até mesmo uma cigana e um fantasma protagonizam casos curiosos.

Vê-se que a "quimera" desse escritor cearense está ancorada em impressões, fatos e pessoas que ele não quis deixar esquecer. É mais que um momento da rotina: é um momento da memória pessoal e social dedicado ao lugar de afeto e de interesse público, a que dá a força de uma permanência temporal.

(SÁ, Herculano Perez de. Com apoio na página eletrônica <https://www.trt7.jus.br>. Adaptado)

1. Com o título "A rotina e a quimera", Drummond nos deixou uma crônica na qual considera que
 - (A) a disponibilidade dos clássicos materiais de escritório induzia os funcionários a exercitarem o uso de linguagens experimentais.
 - (B) a fantasia dos escritores deriva diretamente das experiências de quem exerce um trabalho muito metódico.
 - (C) as condições de um trabalho burocrático são por vezes favoráveis à busca de uma expressão literária.
 - (D) a imaginação de altos funcionários leva-os a se distanciarem prejudicialmente das práticas de seu ofício.
 - (E) cargos na administração pública foram concedidos a muitos escritores brasileiros para atestarem sua real vocação.

2. Contextualizado nesse texto, o gênero da crônica e um atributo do cronista constituem possibilidades reais de se
 - (A) documentar com rigor a história de monumentos extintos ou desprestigiados.
 - (B) expandir a imaginação para muito além do que seja material ou factual.
 - (C) adulterar certos fatos passados em benefício de seu sentido no presente.
 - (D) recortar do tempo e do espaço históricos um sentido social permanente.
 - (E) aglutinar num texto literário memórias fictícias e imagens da vida presente.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *protagonizam casos curiosos* (4º parágrafo) = avultam em ocorrências singulares.
 - (B) *ao universo da ficção e à imaginação criativa* (1º parágrafo) = para o talento universal e para a fantasia especulativa.
 - (C) *disposição para investigar a origem de nomes* (2º parágrafo) = tendência para investir na originalidade de nomeações.
 - (D) *resgata os primórdios dessa praça* (3º parágrafo) = recupera os redutos desse recinto.
 - (E) *envolvem as tramas retratadas* (4º parágrafo) = circundam os relatos detectados.

4. Atente para estas duas afirmações:
 - I. A rotina e a quimera podem ser complementares.
 - II. Alguns funcionários alternam a rotina e a quimera.

Essas afirmações integram-se com clareza, correção e coerência neste período único:

- (A) Alguns funcionários, diante de tal alternativa, tornam complementares a rotina e a quimera.
- (B) Podendo ser complementares, a rotina e a quimera se alternam para alguns funcionários.
- (C) Conquanto alternadas, alguns funcionários complementam-se com a rotina e a quimera.
- (D) O uso de alguns funcionários da rotina e da quimera mostra que bem podem suprir-se.
- (E) Sendo alternadas, não se excluem completamente a rotina e a quimera dos funcionários.



5. Toda forma verbal concorda com seu sujeito em:
- (A) Importam muito que os pesquisadores se empenhem na reconstituição de histórias que com tanta frequência se perde no esquecimento.
- (B) Muitas vezes couberam a alguns funcionários públicos ocuparem os intervalos de seu tempo com a criação literária.
- (C) Cercavam-se de papéis, lápis e canetas quem, nos escritórios, viam nesses instrumentos estímulos para a literatura.
- (D) Foi para resgatarem os primórdios daquela praça que o funcionário do tribunal lançou-se às pesquisas que teve tanto empenho seu.
- (E) É preciso que haja cronistas empenhados na reconstituição de fatos históricos que, sem seu trabalho, se apagariam no tempo.

6. É importante que *haja* cronistas aplicados em pesquisas, para que fatos, lugares e personagens de outros tempos se *mantenham* vivos.

Em nova redação, a frase acima permanecerá correta e coerente caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) Terá sido – tivessem havido – manterão
- (B) Seria – houvesse – mantivessem
- (C) Será – hajam – manterem
- (D) Foi – houvessem – mantessem
- (E) Teria sido – tenham havido – manteriam

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

Tira férias

A noção de férias está ligada a figuras de viagem, esporte, aplicações intensivas do corpo, quase nada a descanso. As pessoas executam durante esse intervalo aquilo que não puderam fazer ao longo do ano; fazem "mais" alguma coisa, de sorte que não há férias, no sentido religioso e romano de suspensão de atividades.

Matutando nisso, resolvi tirar férias e gozá-las como devem ser gozadas, sem esforço para torná-las amenas. A ideia de viagem foi expulsa do programa: é das iniciativas mais comprometedoras e tresloucadas que poderia tomar o trabalhador vacante. As viagens ou não existem, como é próprio da era do jato, em que somos transportados em velocidade superior à do nosso poder de percepção e de ruminação de impressões, ou existem demais como burocracia de passaporte, filas, falta de vaga em hotel, atrasos, moeda aviltada, alfândega, pneu estourado no ermo, que mais?

Tudo aboli e fiz a experiência das férias propriamente ditas. Se me pedirem para contar o que fiz afinal nestas férias, direi lealmente: ignoro. Aos convites disse não, alegando estar em férias, alegação tão forte como a de estar ocupadíssimo. Durante esse período, o pensamento errou entre mil paragens, não se deteve em nenhuma; cada dia amadureceu e caiu como um fruto. Nada aconteceu? O não acontecimento é a essência das férias. E agora, é trabalhar duro onze meses para merecer as inofensivas e deliciosas férias do não.

(ANDRADE, Carlos Drummond. **Cadeira de balanço**. 22a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 69-71)

7. O autor do texto, diante da perspectiva de tirar férias,
- (A) define-se como um amador a quem falta toda a experiência dos turistas mais convictos.
- (B) reluta em aceitar gozá-las no sentido convencional, mas acaba por fruir uma boa viagem.
- (C) mostra-se desconfiado diante das ofertas de viagem que lhe parecem tão sedutoras.
- (D) declara sua impossibilidade de extrair algum prazer do esforço que elas lhe demandam.
- (E) afirma que elas não o seduzem como a dura atividade há muito já imposta aos romanos.

8. No preciso contexto do 3º parágrafo, o autor se vale da expressão
- (A) *a essência das férias* pensando na energia que é preciso investir para desfrutá-las.
- (B) *Tudo aboli* para referir-se ao repouso a que deveu renunciar durante suas férias.
- (C) *férias propriamente ditas* para ressaltar o sentido usual que a elas se atribui.
- (D) *Aos convites disse não* referindo-se a propostas de repouso e retiro contemplativo.
- (E) *o pensamento errou* indicando com isso o movimento de suas difusas ideias a vagar.

9. *Nada aconteceu? O não acontecimento é a essência das férias.*

No trecho acima (3º parágrafo), com as expressões de sentido negativo, o autor pretende

- (A) relativizar o valor positivo de uma recusa.
- (B) ignorar o que há de mal em tirar férias.
- (C) ressaltar os transtornos de quem não gosta das férias.
- (D) ironizar quem se ilude com a vantagem de um repouso.
- (E) transformar em exclusão o que deveria ser incluído.



10. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) É trabalhar duro para fazer jus de novas férias.
 - (B) A noção de férias está vinculada à figuras de linguagem.
 - (C) Restringindo-me a essa minha concepção, resolvi tirar férias.
 - (D) A pressa é um elemento constitutivo na era do jatos.
 - (E) Disse não aos convites, sobre a alegação de motivos pessoais.
-
11. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Há quem imagine que, tirar férias, seja submeter-se, a um sem-número de outras atividades.
 - (B) É trabalhar duro, agora, para merecer, de fato, as futuras e deliciosas férias do não.
 - (C) A certa altura diz, o cronista, que nada acontecer é um meio sim, de definir as férias.
 - (D) Ele alegou: que estava em férias, por isso não podendo atender, a tantos convites.
 - (E) Talvez fosse melhor, em vez de férias comuns fazer um retiro, evitando sobressaltos?

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

Direito natural e direito dos homens

O direito natural é aquele que a natureza mesma determina a todos os homens. Educastes vossos filhos, ele vos deve respeito como seu pai, reconhecimento como seu benfeitor. Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

O direito humano só pode ser fundado no direito da natureza, e o grande princípio, o princípio universal de um e outro, é em toda terra: "Não faças o que não gostarias que te fizessem".

Contentam-se alguns, noutras terras, em afirmar: "Crê em mim, ou eu te odiarei; crê, ou te farei todo o mal que eu puder. Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma."

O direito da intolerância é, então, absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, sendo no entanto bem pior, pois os tigres só se dilaceram por comida, e nós nos exterminamos por parágrafos.

(Adaptado de: VOLTtaire. **Tratado sobre a tolerância**. Trad. Ana Luiza Reis Bedê. São Paulo: Martim Cererê, 2017, p. 36)

12. De acordo com Voltaire, o direito natural e o direito dos homens
- (A) mantêm entre eles um grau de tolerância recíproca altamente inspiradora.
 - (B) complementam-se, acima de qualquer pressuposto de hierarquização ou precedência.
 - (C) inspiram-se reciprocamente ao longo da história, numa permanente relação dialética.
 - (D) ligam-se pela absorção dos fundamentos da natureza pelos do direito humano.
 - (E) caracterizam-se pelo afastamento que mantêm de valores morais ou de mérito.
-
13. Analisando-se a relação entre os parágrafos do texto, é coerente afirmar que
- (A) o 2º e o 3º parágrafos ligam-se pela exemplificação dos princípios universais que devem ligar o homem à natureza.
 - (B) o conceito de direito presente no 1º parágrafo contesta o conceito de direito presente no 2º parágrafo.
 - (C) o que se declara entre aspas no 3º parágrafo exemplifica a intolerância a que se refere o 4º parágrafo.
 - (D) a expressão *direito sobre a terra*, do 1º parágrafo, ilustra um dos abusos acusados no 4º parágrafo.
 - (E) o *princípio universal* identificado no 2º parágrafo tem como contraponto antitético o *direito da intolerância*, no 4º parágrafo.
-
14. *Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.*
Transpondo-se adequadamente o tratamento verbal para 2ª pessoa do singular e a forma ativa para a passiva da frase acima, ela ficará:
- (A) Tem teu direito sobre a terra que tuas próprias mãos cultivam.
 - (B) Tens direito sobre a terra que cultivou-se por suas próprias mãos.
 - (C) Tens direito sobre a terra que foi cultivada por tuas próprias mãos.
 - (D) Tereis sobre a terra o direito que fora cultivado por tuas próprias mãos.
 - (E) Terás sobre a terra o direito de a cultivares com suas próprias mãos.
-
15. *Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma.*
A frase acima segue correta e explicita seu sentido coerente nesta outra forma:
- (A) Sendo o monstro que és, não tens a minha religião e, portanto, nenhuma outra.
 - (B) Ainda és um monstro, por que não tens minha religião, visto que não tens nenhuma.
 - (C) Por monstro que sejas, ao não teres religião, nenhuma religião virá a ter.
 - (D) Se és um monstro, não terás minha religião, nem terás nenhuma outra.
 - (E) Foste um monstro, não tendo minha religião, posto que nenhuma outra.



Matemática e Raciocínio Lógico

16. Ana compra uma revista por mês e um livro a cada dois meses. Em janeiro de 2021, ela comprou uma revista e um livro. O preço de um livro é 5 vezes o preço de uma revista. No final de dezembro, Ana constatou que gastou R\$ 546,00 em livros e revistas. Ao comprar um livro e uma revista, Ana gasta
- (A) R\$ 39,00
 (B) R\$ 78,00
 (C) R\$ 65,00
 (D) R\$ 52,00
 (E) R\$ 26,00

17. Considere todos os números maiores do que 99 e menores do que 1000 tais que:
- todos os algarismos sejam distintos,
 - o algarismo da unidade é igual à soma dos outros dois algarismos.

A quantidade de números que obedecem a essas condições é:

- (A) 41
 (B) 16
 (C) 32
 (D) 64
 (E) 48
18. Em um fórum há processos trabalhistas, tributários, ambientais e regulatórios. Nesse fórum, $\frac{1}{5}$ dos processos são trabalhistas, $\frac{1}{7}$ são ambientais e os restantes são regulatórios ou tributários. Sabe-se que há 260 processos ambientais e que há, pelo menos, 100 processos tributários. A quantidade máxima de processos regulatórios é:
- (A) 1096
 (B) 1296
 (C) 1560
 (D) 1456
 (E) 1196

19. As idades de 19 entrevistados para uma vaga de emprego são:

23, 32, 45, 28, 27, 43, 18, 26, 25, 19, 26, 20, 41, 40, 21, 32, 29, 37, 32

É correto afirmar que a moda difere da mediana em

- (A) 1 ano.
 (B) 3 anos.
 (C) 5 anos.
 (D) 4 anos.
 (E) 2 anos.
20. Os amigos Leonardo, Marcos e Nilton encontram-se no aeroporto e cada um deles irá para uma cidade diferente: Campinas, Salvador e Belém, não necessariamente nessa ordem. Além disso, um deles está viajando a trabalho, outro para estudar e outro a passeio. São fornecidas as seguintes informações:
- Leonardo não vai trabalhar e não vai para Belém.
 - Marcos vai para Campinas, mas não é para estudar.
 - Um dos amigos vai para Belém a passeio.
- Considerando essas informações, é correto concluir que
- (A) Um dos amigos vai passear em Campinas.
 (B) Nilton não vai para Belém.
 (C) Marcos vai passear.
 (D) Leonardo vai para Salvador a passeio.
 (E) Um dos amigos vai estudar em Salvador.

21. Considere a expressão abaixo.

$$9 \left[\left(\frac{3}{5} \right)^{-1} - \frac{1}{9} \right] \left(\frac{0,2 - 10^{-1}}{0,01} \right) - \sqrt[4]{81}$$

O valor da expressão numérica é

- (A) 239
 (B) 133
 (C) 139
 (D) 137
 (E) 237

**Noções de Legislação**

22. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público ocupante de cargo em comissão
- (A) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá receber, obrigatoriamente, apenas a remuneração do primeiro cargo durante o período da interinidade.
 - (B) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
 - (C) não poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, por expressa vedação legal.
 - (D) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá receber, obrigatoriamente, apenas a remuneração do novo cargo durante o período da interinidade.
 - (E) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que receberá as duas remunerações durante o período da interinidade.
-
23. Bartolomeu é servidor público e, injustificadamente, recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, baseando-se apenas nas informações fornecidas, Bartolomeu será punido com
- (A) suspensão de até 30 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - (B) suspensão de até 15 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - (C) suspensão de até 30 dias, não cessando os efeitos da penalidade se cumprida a determinação antes de referido prazo.
 - (D) demissão.
 - (E) advertência.
-
24. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e, entre outros, o seguinte princípio:
- (A) transparência, que se traduz na garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
 - (B) necessidade, que se traduz na garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais.
 - (C) adequação, que se traduz na realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
 - (D) livre acesso, que se traduz na compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
 - (E) responsabilização e prestação de contas, que se traduz na demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.
-
25. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 7ª Região, com relação ao Tribunal Pleno,
- (A) é de sua competência, em matéria administrativa, aprovar a escala anual de férias de seus membros, até 31 de dezembro de cada ano, para vigorar no ano seguinte.
 - (B) nos processos de sua competência, o Presidente do Tribunal receberá distribuição e votará com os demais Desembargadores do Trabalho, não lhe cabendo, entretanto, o voto de qualidade nos processos administrativos.
 - (C) não poderão nele funcionar simultaneamente Desembargadores do Trabalho convocados na condição de parentes consanguíneos na linha colateral até o quarto grau.
 - (D) é de sua competência, em matéria judicial, processar, conciliar e julgar originariamente o Incidente de Assunção de Competência (IAC) e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).
 - (E) poderão nele funcionar simultaneamente Juízes Titulares de Vara do Trabalho convocados na condição de cônjuges.



26. De acordo com a Resolução Normativa TRT da 7ª Região, nº 7/2024 (que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – TRT-7), a organização do trabalho e os(as) gestores(as)
- (A) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, promover visibilidade e reconhecimento das pessoas e do seu trabalho, de modo a fomentar a cooperação e o desempenho coletivo e individual.
 - (B) apenas de todas as unidades administrativas do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo, entretanto, solicitar mudança de lotação exclusivamente de servidor(a), não podendo fazê-lo com relação a estagiário(a), com fundamento no exercício de teletrabalho especial deferido com fundamento em Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 - (C) apenas de todas as unidades judiciárias de primeira ou segunda instâncias do TRT da 7ª Região deverão, dentre outras atribuições, aplicar as políticas institucionais vigentes de gestão de pessoas, saúde, inclusão e acessibilidade do Poder Judiciário.
 - (D) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo solicitar mudança de lotação apenas de estagiário(a), não podendo fazê-lo com relação ao(à) servidor(a), com fundamento no exercício de jornada reduzida.
 - (E) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, apenas de primeira instância, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo, entretanto, solicitar mudança de lotação de servidor(a) ou de estagiário(a) com fundamento no gozo reiterado de licenças médicas.

Noções de Direitos Humanos

27. De acordo com a Constituição Federal de 1988, serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos
- (A) ratificados pelo Presidente da República Federativa do Brasil, independentemente de aprovação por qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) que forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
 - (C) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (D) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (E) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
28. De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:
- (A) "Discriminação racial" significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas em raça ou cor que tem por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano de direitos humanos em qualquer domínio de vida pública.
 - (B) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a eles igual exercício de direitos humanos, ainda que tais medidas conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.
 - (C) Essa Convenção também se aplica às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte entre cidadãos e não cidadãos.
 - (D) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais para proporcionar a tais grupos igual gozo de direitos humanos, podendo tais medidas prosseguir, de acordo com cada Estado Parte, após terem sido alcançados os seus objetivos.
 - (E) Nada nessa Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.



29. De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, os Estados Partes se comprometem a apresentar ao Comitê estabelecido para os Direitos da Criança, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na referida convenção e sobre os progressos alcançados no desempenho desses direitos em um prazo de
- (A) três anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
 - (B) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
 - (C) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
 - (D) cinco anos, a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
 - (E) cinco anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada três anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
-
30. De acordo com a Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com relação ao Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário, este
- (A) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, cabendo ao Comitê, dentre outras atribuições, participar de eventos promovidos por entes públicos sobre temas relacionados aos objetivos do Comitê, não podendo, entretanto, participar de eventos promovidos por entidades privadas, tendo em vista ter sido instituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, organizar fóruns bienais de sensibilização sobre o julgamento com perspectiva de gênero nos órgãos do Poder Judiciário, com a participação, exclusivamente, de magistrados, para discussão de temas relacionados com as atividades do Comitê.
 - (C) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a participação de representantes exclusivamente da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de representantes da academia e da sociedade civil.
 - (D) é instituído em caráter nacional e permanente, cabendo a ele, dentre outras atribuições, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de justiça quanto às causas que envolvam direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional.
 - (E) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, realizar cooperação interinstitucional, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social exclusivamente do Brasil que atuam na referida temática.
-
31. De acordo com a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, considere:
- I. Reconhecimento de que o acesso de todas as pessoas aos Direitos Humanos deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas a grupos minoritários ou historicamente oprimidos, a fim de lhes possibilitar o igual acesso aos direitos e às oportunidades previstas em lei.
 - II. Categoria utilizada para abordar as hierarquias sociais e os mecanismos de controle social baseados no fenótipo. Tem por objetivo assinalar aspectos que dizem respeito à forma como traço/cor de indivíduos e pode designar elementos que compõem as desigualdades sociais.
 - III. Discriminação e preconceito baseado em idade, geralmente das gerações mais novas em relação às mais velhas.
- Para fins desse Programa, os conceitos acima descritos referem-se, respectivamente, a
- (A) equidade – raça – etarismo.
 - (B) equidade – raça – interseccionalidade.
 - (C) diversidade – raça – etarismo.
 - (D) equidade – etnia – etarismo.
 - (E) diversidade – etnia – interseccionalidade.



32. De acordo com a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, os Estados Partes

- (A) realizarão, na elaboração e na implementação de legislação e políticas para aplicar a referida Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, exceto crianças com deficiência, diretamente ou por intermédio de suas organizações representativas, sendo que, com relação às crianças com deficiência, os Estados Partes asseguram que nenhuma delas será separada de seus pais contra a vontade destes, em nenhuma hipótese.
- (B) assegurarão, para a realização do direito à educação das pessoas com deficiência, que estas possam ter acesso ao ensino primário e secundário inclusivos, de qualidade e gratuitos e que não sejam as crianças com deficiência excluídas do ensino primário ou secundário gratuitos e compulsórios sob alegação de deficiência ou qualquer outro fundamento.
- (C) organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais, de modo que esses serviços e programas comecem no estágio mais precoce possível e sejam baseados em avaliação multidisciplinar das necessidades e pontos fortes de cada pessoa e apoiem a participação e a inclusão na comunidade e em todos os aspectos da vida social, sejam oferecidos voluntariamente e estejam disponíveis às pessoas com deficiência o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural.
- (D) tomarão todas as medidas necessárias para assegurar que as pessoas com deficiência exerçam seu direito à liberdade de expressão em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, entre as quais, fornecer prontamente, a custo adicional acessível, às pessoas com deficiência e a seus familiares, as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência.
- (E) tomarão medidas apropriadas exclusivamente para desenvolver a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade apenas das instalações e dos serviços abertos ao público, devendo, também, assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência.

33. Com relação ao disposto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considere:

- I. Ninguém deve ser detido por dívida. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.
- II. Toda pessoa acusada de delito tem direito renunciável a, durante o processo, ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, obrigatoriamente remunerado, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei.
- III. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita unicamente às limitações prescritas pela lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou liberdades das demais pessoas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

34. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), com relação aos "trabalhos forçados ou obrigatórios", é correto afirmar que

- (A) não serão assim considerados quando se tratar de cumprimento de pena de prisão, prevista na legislação de um país, imposta por um tribunal competente, sendo que as pessoas processadas não poderão receber tratamento distinto das condenadas, não podendo, como regra, delas serem separadas.
- (B) serão assim considerados quaisquer trabalhos ou serviços forçados, ainda que façam parte das obrigações cívicas normais.
- (C) serão assim considerados quaisquer serviços de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, quaisquer serviços nacionais que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência.
- (D) não serão assim considerados apenas os serviços exigidos em casos de calamidade e os trabalhos que fizerem parte das obrigações cívicas normais.
- (E) não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.



Noções de Informática

35. O servidor de um Tribunal Regional do Trabalho ajustou corretamente o formato de data do seu computador no Windows 10 Home, em português, aberto e funcionando em condições ideais, por meio do Painel de Controle exibido por categoria, clicando em
- (A) Data e Hora e depois em Relógio e Região.
 - (B) Relógio e Região e depois em Data e Hora.
 - (C) Data e Hora e depois em Configurar Data.
 - (D) Relógio e Região e depois em Região.
 - (E) Data e Hora e depois em Ajustar Data.
-
36. Usando o Word no Microsoft Office 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, o servidor de um Tribunal Regional do Trabalho produziu uma carta onde, em determinado local do texto, inseriu um endereço eletrônico. Quando fez isso, o Word criou um *hyperlink* para o endereço. Para excluir esse formato e deixar em texto normal, o servidor deve
- (A) acessar a guia Formatar, escolher Referências e clicar em Remover e-mail.
 - (B) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink* e escolher Remover Hyperlink.
 - (C) clicar em Remover Hyperlink na opção Formatar Hyperlink na guia Formatar.
 - (D) acessar a guia Referências, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover e-mail.
 - (E) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink*, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover Hyperlink.
-
37. Tendo uma planilha Google já salva no Google Drive, uma das formas de compartilhá-la sem permitir a edição de outras pessoas é: clicar com o botão direito do mouse sobre ela, escolher Compartilhar, depois escolher novamente Compartilhar, na janela exibida adicionar os e-mails dos participantes e,
- (A) em Permitir edição, clicar em "Não".
 - (B) no Acesso Geral, escolher Não Permitir Edição e clicar em Concluído.
 - (C) no Acesso Restrito, escolher Todos os Participantes e clicar em "Sim".
 - (D) em Permitir Edição, escolher Acesso Restrito e clicar em "Sim".
 - (E) no Acesso Geral, escolher Restrito e clicar em Concluído.
-
38. No Gmail, um marcador é adicionado para organizar e categorizar e-mails de maneira eficiente. Ao adicionar um novo marcador, é possível subordiná-lo a um marcador pai. O Gmail permite essa operação na janela apropriada, na opção
- (A) Aplicar o marcador como pai de:
 - (B) Subordinar submarcador em:
 - (C) Organizar marcador em:
 - (D) Incluir marcador na árvore de:
 - (E) Editar nome do marcador pai:
-
39. No *prompt* de comando do Windows 10 é possível obter o endereço IPv4 do computador
- (A) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.
 - (B) clicando em `alt+F12`.
 - (C) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
 - (D) clicando em configuração, digitando `exibir ip` e, após, pressionando Enter.
 - (E) digitando o comando `ipv4` e, após, pressionando Enter.
-
40. Um servidor de um Tribunal Regional do Trabalho identificou um *malware* do tipo `screenlogger` em seu computador, o qual
- (A) propaga-se automaticamente pelas redes, explorando vulnerabilidades nos sistemas e aplicativos instalados e enviando cópias de si mesmo de dispositivo para dispositivo.
 - (B) captura e armazena as teclas digitadas. Sua ativação, em muitos casos, é condicionada a uma ação prévia do usuário, como o acesso a um *site* específico de comércio eletrônico ou de *Internet Banking*.
 - (C) é projetado para espionar o dono do dispositivo, que não autorizou e não sabe que tal código está instalado. As informações coletadas são enviadas para quem induziu sua instalação.
 - (D) armazena a posição do cursor e a tela apresentada no monitor, ou a região que circunda determinada posição, nos momentos em que o mouse é clicado.
 - (E) permite o retorno de um invasor a um dispositivo comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

41. De acordo com a Constituição Federal, não havendo qualquer limitação à sua reforma, a emenda à Constituição Federal, que trate de matéria passível de deliberação, proposta por um terço dos membros da Câmara dos Deputados que for discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, será considerada
- (A) aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros, e será promulgada pelo Presidente da República.
 - (B) rejeitada se não obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros, sendo, nesse caso, possível que a matéria dela constante seja objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - (C) aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, e será promulgada pelo Presidente da República.
 - (D) aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros, e será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
 - (E) rejeitada se não obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros, sendo, nesse caso, possível que a matéria dela constante seja objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

42. Considere:

- I. João é brasileiro, tem trinta e dois anos de idade, possui notável saber jurídico e reputação ilibada e é juiz de determinado Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura da carreira.
- II. Roberval é brasileiro, tem setenta e dois anos de idade, é advogado há mais de dez anos e possui notável saber jurídico e reputação ilibada.
- III. Jacinto é brasileiro, tem quarenta e cinco anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com mais de dez anos de efetivo exercício, possui notável saber jurídico e reputação ilibada.

De acordo com a Constituição Federal, com relação às situações descritas em I, II e III, quanto à composição do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) João, Roberval e Jacinto não poderão vir a compô-lo.
- (B) apenas João poderá vir a compô-lo.
- (C) apenas Jacinto poderá vir a compô-lo.
- (D) apenas Roberval poderá vir a compô-lo.
- (E) João, Roberval e Jacinto poderão vir a compô-lo.

43. Josué nasceu no estrangeiro enquanto sua mãe lá residia a serviço do Brasil. Depois de atingida a maioridade, Josué deseja estudar e viver no Brasil, onde pretende se tornar Ministro de Estado da Defesa. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, Josué é

- (A) brasileiro naturalizado, pois são assim considerados todos os que nascem no exterior, filhos de mãe brasileira que esteja a serviço do Brasil e, portanto, poderá vir a exercer o cargo que pretende.
- (B) estrangeiro, pois nasceu no exterior e, portanto, em nenhuma hipótese poderá vir a exercer o cargo que pretende.
- (C) estrangeiro, pois nasceu no exterior e somente poderá vir a exercer o cargo que pretende se se naturalizar brasileiro.
- (D) estrangeiro, pois nasceu no exterior, mas poderá vir a exercer o cargo que pretende caso venha viver no Brasil, independentemente de naturalização.
- (E) brasileiro nato, pois, embora nascido no estrangeiro, é filho de brasileira que estava a serviço do Brasil e, portanto, poderá vir a exercer o cargo que pretende.

44. De acordo com a Constituição Federal, no que concerne à advocacia pública, a Advocacia-Geral da União

- (A) tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta anos, sendo que o ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição far-se-á mediante concurso público de provas ou títulos, sem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, pois se trata de advocacia pública.
- (B) tem por chefe o Advogado-Geral da União e, quanto aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- (C) tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Procurador-Geral da República, após aprovação da escolha pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, somente judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- (E) é a instituição que, apenas diretamente, representa a União, judicial ou extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Executivo e Legislativo.



45. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,
- (A) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
 - (B) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, sendo legitimados para propô-la o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa do Congresso Nacional, o Governador do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, dentre outros.
 - (C) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal.
 - (D) a ação em que mais da metade dos membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados e aquela em que todos os membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
 - (E) os Governadores do Distrito Federal, nos crimes comuns, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal, os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho e os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

46. Com relação aos partidos políticos, considere:

- I. Após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, eles registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- II. É a eles assegurada autonomia para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos provisórios, sendo vedado, por expressa disposição constitucional, o estabelecimento sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes.
- III. É a eles assegurada autonomia para estabelecer regras sobre sua organização e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e proporcionais.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I.

Direito Administrativo

47. O recebimento de pedido de informações por um órgão público exige, de acordo com o disposto na Lei nº 12.257/2011,
- (A) o imediato fornecimento de informações ao interessado, admitido pedido anônimo.
 - (B) a obtenção das informações junto a outros órgãos da estrutura da Administração Pública para fornecimento ao interessado.
 - (C) o fornecimento das informações no formato em que se encontram, não sendo permitido converter documentos físicos em arquivos digitais.
 - (D) que seja comunicado ao requerente qual órgão detém as informações pretendidas, caso não disponha das mesmas em seus bancos de dados.
 - (E) o fornecimento de informações, no menor prazo possível, desde que o interessado tenha apresentado pedido identificado e devidamente justificado.
48. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, após a assinatura do contrato, o órgão público contratante deverá providenciar a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas,
- (A) como condição para a eficácia do contrato.
 - (B) como condição de validade do contrato, no prazo de 5 dias contados de sua assinatura.
 - (C) como alternativa à publicação em seu sítio oficial.
 - (D) no prazo de 5 dias úteis, a partir da homologação do contrato.
 - (E) no prazo de 5 dias, sob pena de anulação da licitação realizada.



49. O servidor público responsável pelo contrato de aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado para um órgão público identificou que um dos equipamentos acabou não sendo necessário para atender a necessidade de climatização de uma das salas listadas no projeto. Segundo apurado, embora originalmente tivessem sido dimensionados dois aparelhos para uma das salas do projeto, após a instalação de apenas um, foi constatada a plena suficiência da máquina. Já tendo recebido o equipamento, o servidor decidiu levá-lo para sua residência e, às suas expensas, providenciou a instalação do aparelho no imóvel. Tempos depois, foi verificada a ausência do aparelho e, portanto, constatada a conduta do servidor, que
- (A) praticou ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, na modalidade dolosa, modalidade que absorve a infração disciplinar, porque de menor gravidade.
 - (B) pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, caso reste demonstrado dolo específico, sem prejuízo da responsabilização disciplinar.
 - (C) depende de apuração da responsabilidade disciplinar para, se aplicada penalidade, submeter-se à apuração por ato de improbidade.
 - (D) deve ser responsabilizado disciplinarmente, mas não cabe demandá-lo na esfera civil, vez que, ao providenciar a instalação do aparelho às suas expensas, afastou o prejuízo ao erário.
 - (E) não praticou conduta tipificável como ato de improbidade, tendo em vista a ausência de prejuízo ao erário.
-
50. A exploração de uma rodovia federal está sob regime de delegação a iniciativa privada, estando a contratada responsável pela prestação do serviço público, além da manutenção dele decorrente, somadas à realização de investimentos para melhoria das condições do modal e ampliação de um trecho do viário. Considerando que o delegatário deve se remunerar por meio da prestação dos serviços, estando prevista a cobrança de tarifa dos usuários e autorizada a cobrança de receitas acessórias, é possível inferir que a Administração Pública celebrou contrato de
- (A) concessão de obra pública, tendo em vista que a relevância e o vulto das obras absorvem a prestação do serviço, admitindo apenas o acréscimo do objeto para cobrança de receitas acessórias ou complementares.
 - (B) permissão de serviço público, contrato que deve ser prestado por prazo determinado e que não admite prorrogação.
 - (C) parceria público-privada, única espécie de concessão que admite a reunião dos objetos realização de obras e prestação de serviços no mesmo contrato, sem repasse direto de recursos públicos.
 - (D) concessão patrocinada, tendo em vista a previsão de cobrança de receitas acessórias, exclusividade deste modelo de delegação de serviço público.
 - (E) concessão de serviço público, precedida, ainda, de obra pública para ampliação da rodovia, considerando que a delegatária está prestando os serviços por sua conta e risco e se remunerando por meio da própria exploração do serviço.
-
51. São elegíveis para a celebração de instrumentos de parcerias regidos pela Lei nº 13.019/2014:
- (A) entidades privadas que não gerem resultados lucrativos, excluída apuração e distribuição de lucros entre os empregados da pessoa jurídica.
 - (B) organizações religiosas cujo escopo institucional inclua atividades de cunho social e de interesse público.
 - (C) organizações da sociedade civil religiosas que se dediquem a projetos e iniciativas de natureza social e assistencial distintos das finalidades religiosas.
 - (D) cooperativas de qualquer natureza, com capital social inferior a R\$ 100.000,00, em razão da relevância dessa pessoa jurídica na sociedade.
 - (E) entidades privadas que não distribuam lucros, dividendos ou parcelas de seu patrimônio entre seus diretores e sócios, admitida, apenas, essa repartição em favor dos empregados permanentes.
-
52. A Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, prevê o cabimento de recurso administrativo contra decisões e atos proferidos pela Administração Pública. Com relação ao direito de interposição de recurso,
- (A) confere direito suspensivo à decisão proferida pela Administração Pública e só pode ser apreciado após manifestação da autoridade que editou a decisão impugnada.
 - (B) deve observar a obrigação de endereçá-lo à autoridade superior à que proferiu a decisão, para que analise possível cabimento de pedido de reconsideração.
 - (C) fica relativizado se já foi feito pedido de reconsideração contra o mesmo ato, restringindo o objeto da análise.
 - (D) não confere efeito suspensivo à decisão proferida e tampouco pode ser decidido por autoridade delegatária de poderes.
 - (E) qualquer interessado pode apresentar recurso contra decisões proferidas pela Administração, ficando a análise a critério da autoridade que editou o ato recorrido.
-
53. A convalidação de determinado ato administrativo fica obstada se
- (A) o ato eivado de vício tiver exaurido seus efeitos.
 - (B) depender de refazimento do ato, mediante nova forma.
 - (C) o vício a ser sanado for de competência exclusiva.
 - (D) depender de prática de ato por autoridade diversa.
 - (E) o vício apontado for de legalidade, hipótese em que caberia revogação do ato de homologação.

**Direito do Trabalho**

54. A Metalúrgica Ferro e Fogo pretende instituir regime de banco de horas em sua fábrica em Juazeiro do Norte no setor de acabamento de peças. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, nessa hipótese,
- (A) deverá obrigatoriamente celebrar acordo coletivo com o sindicato da categoria, sendo que a compensação de horas deverá ocorrer no período máximo de 120 dias.
 - (B) deverá obrigatoriamente celebrar acordo coletivo com o sindicato da categoria, sendo que a compensação de horas deverá ocorrer no período máximo de 6 meses.
 - (C) poderá pactuar individualmente com cada empregado, desde que a compensação das horas ocorra dentro do período máximo de 1 ano.
 - (D) deverá obrigatoriamente celebrar acordo coletivo com o sindicato da categoria, sendo que a compensação de horas deverá ocorrer no período máximo de 12 meses.
 - (E) poderá pactuar individualmente com cada empregado, desde que a compensação das horas ocorra dentro do período máximo de 6 meses.
-
55. Considere as assertivas abaixo a respeito do regime de teletrabalho, conforme regramento da Consolidação das Leis do Trabalho.
- I. A presença do trabalhador às dependências do empregador, para a realização de atividades que exijam a sua presença na unidade de trabalho, não descaracteriza o trabalho remoto, salvo se tal comparecimento se der de modo habitual.
 - II. Por se tratar de uma prestação de serviços fora do estabelecimento empresarial, aplicam-se aos trabalhadores em teletrabalho as normas coletivas consideradas a base territorial de lotação do empregado, e não a do local de prestação de serviços.
 - III. Terão prioridade para a prestação de serviços em teletrabalho empregados portadores de deficiência, bem como com filhos ou criança sob sua guarda judicial até 4 anos de idade.
 - IV. Havendo determinação da empresa para o retorno do empregado ao trabalho presencial, o mesmo não poderá optar pela permanência no trabalho remoto, ainda que se proponha a custear as despesas respectivas.
 - V. Por não ser possível o exercício de um controle rígido de jornada de trabalho, os trabalhadores em regime de teletrabalho só poderão prestá-lo à base de produção e/ou tarefa.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e V.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, IV e V.
-
56. A Consolidação das Leis do Trabalho contém disposições específicas que visam à proteção do trabalho da mulher, especialmente em relação à questão da maternidade. Uma destas normas prevê um período de descanso especial em caso de mãe em período de amamentação, para que possa proceder ao respectivo aleitamento. Referido período, durante a jornada de trabalho, é de
- (A) dois descansos especiais de quarenta e cinco minutos cada um, até que a criança complete 6 meses de idade.
 - (B) dois descansos especiais de meia hora cada um, até que a criança complete 6 meses de idade.
 - (C) três descansos especiais de uma hora cada um, até que a criança complete 1 ano de idade.
 - (D) dois descansos especiais de meia hora cada um, até que a criança complete 1 ano de idade.
 - (E) três descansos especiais de meia hora cada um, até que a criança complete 6 meses de idade.
-
57. Pitágoras, operador de barco a motor com vínculo empregatício celetista junto à empresa Águas Mansas, pretende se desligar da mesma e solicitou junto ao RH a celebração de acordo mútuo para ruptura do vínculo contratual. Sabendo-se que o salário do trabalhador é de R\$ 2.500,00 mensais, que o contrato ainda não completou 1 ano, que o aviso prévio será indenizado e que o saldo do FGTS de Pitágoras é de R\$ 1.500,00, referido empregado fará jus a:
- (A) R\$ 1.500,00 de aviso prévio indenizado; R\$ 600,00 de indenização sobre o saldo do FGTS; poderá sacar até o limite de R\$ 2.000,00 de FGTS; não podendo ingressar com pedido de seguro-desemprego.
 - (B) R\$ 2.500,00 de aviso prévio indenizado; R\$ 500,00 de indenização sobre o saldo do FGTS; poderá sacar até o limite de R\$ 1.500,00 de FGTS; não podendo ingressar com pedido de seguro-desemprego.
 - (C) R\$ 1.250,00 de aviso prévio indenizado; R\$ 500,00 de indenização sobre o saldo do FGTS; poderá sacar até o limite de R\$ 1.250,00 de FGTS; podendo ingressar com pedido de seguro-desemprego.
 - (D) R\$ 1.250,00 de aviso prévio indenizado; R\$ 300,00 de indenização sobre o saldo do FGTS; poderá sacar até o limite de R\$ 1.200,00 de FGTS; não podendo ingressar com pedido de seguro-desemprego.
 - (E) R\$ 2.000,00 de aviso prévio indenizado; R\$ 800,00 de indenização sobre o saldo do FGTS; poderá sacar até o limite de R\$ 1.500,00 de FGTS; podendo ingressar com pedido de seguro-desemprego.



58. Vênus é empregada da Panificadora Pão Quentinho a Toda Hora, trabalhando na jornada diária das 7:00 às 12:30, de segunda a sexta-feira. A empresa não tem permitido à trabalhadora usufruir do seu intervalo legalmente previsto na Consolidação das Leis do Trabalho. Nessa situação, Vênus faz jus a
- (A) quinze minutos diários de intervalo como hora extra, acrescido do adicional de 50%, sem reflexos nas demais verbas do contrato de trabalho.
 - (B) uma hora diária de intervalo como hora extra, sem acréscimo do adicional de 50%, com reflexos nas demais verbas do contrato de trabalho.
 - (C) meia hora diária de intervalo como hora extra, acrescido do adicional de 50%, sem reflexos nas demais verbas do contrato de trabalho.
 - (D) quinze minutos diários de intervalo como hora extra, acrescido do adicional de 50%, com reflexos nas demais verbas do contrato de trabalho.
 - (E) meia hora diária de intervalo como hora extra, sem acréscimo de adicional 50%, com reflexos nas demais verbas do contrato de trabalho.
-
59. Zeus teve o nascimento de sua filha Hera no dia 29/06/2024, um sábado, sendo que é empregado do Restaurante Panela Velha, laborando de segunda a sexta-feira, das 11 às 19 horas. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Zeus poderá se ausentar do trabalho
- (A) de 1 a 3 de julho de 2024, sem prejuízo do seu salário.
 - (B) de 1 a 5 de julho de 2024, sem prejuízo do seu salário.
 - (C) nos dias 1 e 2 de julho de 2024, apenas, fazendo jus a três dias de licença cujo prazo iniciou em 30/06/2024.
 - (D) de 1 a 4 de julho de 2024, sem prejuízo do seu salário.
 - (E) no dia 1 de julho de 2024, apenas, fazendo jus a três dias de licença, cujo prazo iniciou em 29/06/2024.
-
60. Praxedes é empregado da Transportadora Sua Carga em Boas Mãos desde janeiro de 2024, exercendo a função de motorista. Há no pátio da empresa um tanque de combustível original de fábrica utilizado para abastecimento dos veículos da frota da empresa, com as devidas certificações pelos órgãos competentes. Sabendo-se que o salário de Praxedes é de R\$ 3.000,00 e percebe gratificação habitual de R\$ 1.000,00 por desempenho, referido empregado, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) deve receber R\$ 1.600,00 a título de adicional de periculosidade.
 - (B) deve receber R\$ 900,00 a título de adicional de periculosidade.
 - (C) não faz jus a adicional de periculosidade.
 - (D) deve receber R\$ 1.200,00 a título de adicional de periculosidade.
 - (E) é credor de R\$ 800,00 a título de adicional de periculosidade.

Direito Processual do Trabalho

61. Em sede de execução trabalhista, o reclamante/exequente Alberto ingressou com impugnação à sentença de liquidação e a reclamada/executada Enxovais Algodão Doce Ltda. interpôs embargos à execução. Ambas as medidas foram julgadas improcedentes pelo juiz, sendo que somente Alberto interpôs recurso contra tal decisão. Diante do que foi narrado, com base na legislação e jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) o exequente interpôs recurso ordinário, não havendo previsão de recurso para a executada.
 - (B) o exequente interpôs recurso de revista, não havendo previsão de recurso para a executada.
 - (C) não existe mais a possibilidade da executada interpor agravo de petição, por não ter observado o prazo.
 - (D) o exequente interpôs agravo de petição e a executada poderá interpor agravo de petição na modalidade de recurso adesivo.
 - (E) o exequente interpôs recurso de revista, cabendo a possibilidade de interposição de agravo de petição pela executada.
-
62. Acerca do procedimento sumaríssimo, considere:
- I. Não cabe a produção de prova pericial.
 - II. Não haverá citação por edital, mesmo estando o réu em local incerto e desconhecido.
 - III. Mesmo que as testemunhas estejam arroladas na petição inicial ou na defesa, ante o seu não comparecimento à audiência, cabe às partes comprovar que as mesmas foram convidadas, para que possam, assim, ser intimadas pelo juiz.
 - IV. O pedido deverá ser certo ou determinado, indicando o valor correspondente, sob pena de arquivamento da reclamação e condenação em custas.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.



63. É da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que versem sobre
- (A) indenização por acidente do trabalho sofrido por servidor público estatutário.
 - (B) crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
 - (C) indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes ou não de relação de emprego.
 - (D) acidente do trabalho juntamente em face da instituição previdenciária.
 - (E) representação sindical entre sindicatos.
-
64. Leonor prestou serviços como costureira durante vinte anos para a Fábrica de Roupas L & M Ltda., tendo sido dispensada sem justa causa. Na ocasião, seu aviso prévio foi indenizado e calculada a proporcionalidade ao tempo de serviço, totalizando 90 dias. Leonor deixou de prestar serviços na data da dispensa. Ocorre que Leonor pretende ingressar com reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, tendo em vista diferenças de horas extras que entende devidas. Considerando a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o prazo final para o ingresso com a reclamação é de
- (A) três anos, contados da data do término do aviso prévio indenizado até 30 dias, pois os outros 60 dias de proporcionalidade ao tempo de serviço não se projeta no contrato de trabalho.
 - (B) dois anos, contados da data do término do aviso prévio indenizado e proporcional ao tempo de serviço.
 - (C) cinco anos, contados da data do término do aviso prévio indenizado e proporcional ao tempo de serviço.
 - (D) dois anos, contados da data do término da prestação de serviços, uma vez que o aviso prévio indenizado e proporcional ao tempo de serviço não se projeta no contrato de trabalho.
 - (E) cinco anos, contados da data do término da prestação de serviços, uma vez que o aviso prévio indenizado e proporcional ao tempo de serviço não se projeta no contrato de trabalho.
-
65. No âmbito da Justiça do Trabalho, a citação ou a notificação postal, considerando o previsto no ordenamento jurídico trabalhista e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:
- (A) deverá ser efetuada somente em dias úteis, entre 8 e 18 horas.
 - (B) apenas poderá ser considerada válida quando for recebida pessoalmente pelo sócio da reclamada, preposto legalmente constituído ou pela própria pessoa do reclamado, em caso de pessoa física.
 - (C) presume-se recebida quando entregue, na empresa, a empregado da reclamada, a zelador ou ao porteiro de prédio comercial, sendo ônus da parte comprovar o não recebimento.
 - (D) somente poderá ser efetivada por meio de Oficial de Justiça.
 - (E) não admite, em nenhuma hipótese, que seja feita por via postal, já que as agências dos Correios não são órgãos vinculados à Justiça do Trabalho.
-
66. Silvana ingressou com reclamação trabalhista em face de Terra Plena Cosméticos Ltda. pleiteando adicional de insalubridade. O juiz determinou que as partes recolhessem previamente os honorários do perito, para, após, ser realizada a perícia. Em face da situação hipotética apresentada e de acordo com o entendimento pacificado do TST,
- (A) é ilegal o juiz exigir o pagamento de depósito prévio dos honorários periciais, por ser tal decisão incompatível com o processo do trabalho.
 - (B) o juiz deveria determinar que a reclamada pagasse metade dos honorários periciais previamente e a parte de Silvana, se beneficiária da Justiça Gratuita, ficaria a cargo do Tribunal.
 - (C) a determinação do juiz está em perfeita harmonia com o disposto no Código de Processo Civil e deve ser aplicada ao processo do trabalho.
 - (D) o juiz deveria determinar que a parte que requereu a perícia arcasse com a totalidade dos honorários, e a parte de Silvana, se beneficiária da Justiça Gratuita, ficaria a cargo do Tribunal.
 - (E) as despesas com honorários periciais na Justiça do Trabalho são sempre pagas ao término da reclamação, pelo Tribunal.
-
67. No processo trabalhista, segundo entendimento sumulado do TST, o *jus postulandi*
- (A) não se aplica à ação rescisória, à ação cautelar, ao mandado de segurança e aos recursos de competência do TST.
 - (B) não se aplica ao mandado de segurança e aos recursos de competência do TST, apenas.
 - (C) aplica-se irrestritamente na seara trabalhista, em todas as instâncias e ações, sendo uma de suas características marcantes.
 - (D) não se aplica à ação rescisória e ao mandado de segurança, apenas.
 - (E) não se aplica à ação rescisória e aos recursos de competência do TST, apenas.

**Direito Civil**

68. De acordo com o Código Civil, os bens
- (A) móveis são suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, ainda que haja alteração da substância ou da destinação econômico-social.
 - (B) naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
 - (C) fungíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
 - (D) públicos de uso especial estão sujeitos a usucapião.
 - (E) consumíveis são aqueles que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
-
69. Gisele realizou negócio jurídico mediante coação, a qual lhe viciou a declaração da vontade. Nessa hipótese, ela poderá requerer a anulação do negócio jurídico
- (A) no prazo prescricional de 3 anos, contado da data de celebração do negócio jurídico.
 - (B) no prazo decadencial de 4 anos, contado do dia em que a coação cessar.
 - (C) no prazo prescricional de 2 anos, contado da data de celebração do negócio jurídico.
 - (D) a qualquer momento, já que se trata de ato insuscetível de convalidação pelo decurso do tempo.
 - (E) no prazo decadencial de 5 anos, contado do dia em que a coação cessar.
-
70. Considere as seguintes assertivas acerca do direito das obrigações:
- I. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
 - II. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
 - III. Mantém a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
 - IV. A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos codevedores, e condicional, para o outro.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II e IV.
-
71. Juliana e Armando desejam constituir uma sociedade limitada, mas possuem dúvidas sobre as normativas relacionadas ao nome empresarial. Com base no que dispõe a legislação civil acerca do tema, eles devem ser orientados que
- (A) a sociedade limitada pode adotar firma, que será composta com o nome de um ou mais sócios, pessoas físicas ou jurídicas, de modo indicativo da relação social.
 - (B) o nome empresarial da sociedade limitada deve operar-se apenas por firma, a qual deve designar o objeto desta.
 - (C) a omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem o nome empresarial da sociedade.
 - (D) a sociedade limitada pode adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada", sendo vedado o uso de sua abreviatura.
 - (E) o nome empresarial da sociedade limitada deve operar-se apenas por denominação, a qual será composta com o nome de um ou mais sócios.
-
72. Aline é vizinha de Pedro e possui, em seu terreno, uma grande árvore com frutos. Seus ramos ultrapassam, pela parte de cima, o muro que divide os dois imóveis, acarretando sombra na piscina de Pedro. Além disso, os frutos da árvore costumam cair na casa do vizinho e, apesar das reclamações deste, Aline nunca resolveu tais entraves. Com base nessa situação, Pedro
- (A) poderá ingressar no terreno de Aline para podar a árvore, sem prévio aviso.
 - (B) poderá cortar os ramos da árvore que ultrapassem o muro até o plano vertical divisório, mas deverá devolver os frutos que caírem em seu imóvel.
 - (C) não poderá cortar os ramos da árvore que ultrapassem o muro até o plano vertical divisório, mas os frutos que caírem em seu imóvel serão seus.
 - (D) poderá cortar os ramos da árvore que ultrapassem o muro até o plano vertical divisório, e os frutos que caírem em seu imóvel serão seus.
 - (E) não poderá cortar os ramos da árvore que ultrapassem o muro até o plano vertical divisório e deverá devolver os frutos que caírem em seu imóvel.
-
73. De acordo com o Código Civil, o direito real de habitação é garantido ao cônjuge sobrevivente, relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que ele seja o único desta natureza a inventariar. Tal direito é assegurado
- (A) em qualquer regime de bens.
 - (B) no regime de comunhão parcial de bens, apenas.
 - (C) nos regimes de comunhão parcial e universal de bens, apenas.
 - (D) no regime de comunhão universal de bens, apenas.
 - (E) em todos os regimes de bens, exceto na separação obrigatória.

**Direito Processual Civil**

74. Ulisses foi citado em ação de execução em razão do inadimplemento de dívida constante de documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas. Ulisses reconhece a dívida, porém entende que o valor pleiteado está superior ao devido no título. Nesse caso, Ulisses deverá opor embargos à execução
- (A) mediante depósito prévio integral do valor da causa indicado pelo exequente, sendo 30% no ato da petição inicial e o restante com parcelamento em até 6 vezes.
 - (B) mediante depósito prévio integral do valor da causa indicado pelo exequente.
 - (C) independentemente de depósito prévio, porém deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto.
 - (D) mediante depósito prévio de 30% do valor da causa indicado pelo exequente.
 - (E) mediante depósito prévio do valor que entende correto.
-
75. No cumprimento de sentença de alimentos movido em face de genitor funcionário público, a alimentante pretende requerer o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia, bem como da dívida alimentar. De acordo com o Código de Processo Civil, o pedido é viável,
- (A) após o esgotamento de todos os demais meios executivos preferenciais.
 - (B) podendo a soma dos alimentos vincendos e a parcela da dívida serem descontadas sem limite percentual dos ganhos líquidos do executado.
 - (C) contanto que a soma dos alimentos vincendos e a parcela da dívida não ultrapassem 40% dos ganhos líquidos do executado.
 - (D) mas, somente em relação à prestação alimentícia, pois vigora a impenhorabilidade dos vencimentos quanto à dívida alimentar.
 - (E) contanto que a soma dos alimentos vincendos e a parcela da dívida não ultrapassem 50% dos ganhos líquidos do executado.
-
76. Joana interpôs recurso extraordinário em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Ceará. O recurso foi sobrestado pela Presidência do Tribunal, sob a justificativa de versava sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal. A decisão é
- (A) irrecorrível.
 - (B) recorrível por agravo em Recurso Extraordinário.
 - (C) recorrível por Mandado de Segurança.
 - (D) recorrível por Agravo Interno.
 - (E) recorrível por Recurso Ordinário.
-
77. Ao receber mandado de averbação oriundo de decisão judicial de retificação de assento, cuja ação correu sob regime de gratuidade de custas, o notário apresentou dúvida fundada quanto ao preenchimento atual dos pressupostos para a concessão de gratuidade pelo beneficiário. Nesse caso, o notário deverá
- (A) praticar o ato e poderá requerer ao juiz que proferiu a referida decisão a revogação total ou parcial do benefício.
 - (B) praticar o ato e poderá requerer ao juízo competente para decidir questões notariais ou registras a revogação total ou parcial do benefício.
 - (C) recusar-se a proceder a averbação do registro e deverá cobrar emolumentos devidos para a prática de registro.
 - (D) recusar-se a proceder a averbação do registro e poderá requerer ao juiz que proferiu a referida decisão a revogação total ou parcial do benefício.
 - (E) recusar-se a proceder a averbação e poderá requerer ao juízo competente para decidir questões notariais ou registras a revogação total ou parcial do benefício.
-
78. Suponha que, no curso de ação judicial a respeito de imóvel, o autor, que é seu proprietário, venda o bem. Nesse caso, o adquirente poderá
- (A) intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante.
 - (B) intervir apenas como assistente simples do alienante.
 - (C) ingressar em juízo, sucedendo o alienante, independentemente de consentimento da parte contrária.
 - (D) intervir no feito por meio de chamamento ao processo promovido pelo alienante.
 - (E) tão somente ingressar com demanda autônoma, já que vedada sua intervenção no processo.
-
79. Ao receber a petição inicial, o juiz verificou que a demanda dispensava instrução probatória e o pedido contrariava súmula do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, de acordo com o previsto no Código de Processo Civil, o juiz
- (A) promoverá o julgamento antecipado da lide, sem resolução de mérito.
 - (B) julgará improcedente o pedido, apenas após a citação do réu e decorrido o prazo de resposta.
 - (C) julgará improcedente o pedido, independentemente da citação do réu.
 - (D) indeferirá a petição inicial por inépcia.
 - (E) indeferirá a petição inicial por ausência de interesse processual.
-
80. Cláudia deseja ingressar com ação perante o Juizado Especial Cível, mas, após a realização de cálculos para atualização do débito, aferiu-se que a quantia total a receber seria de 42 salários-mínimos. Considerando-se que tal valor supera o limite estabelecido na Lei nº 9.099/1995, a opção de Cláudia pelo procedimento instituído na referida normativa importará em
- (A) extinção da ação, de plano, com resolução do mérito.
 - (B) remessa da ação ao juízo comum, independentemente da vontade da parte autora.
 - (C) renúncia ao crédito excedente ao limite legal, inclusive para fins de conciliação.
 - (D) renúncia ao crédito excedente ao limite legal, excetuada a hipótese de conciliação.
 - (E) remessa dos valores excedentes ao juízo comum para cobrança pela parte autora.